

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	15.629.548	14.640.589
1.01	Ativo Circulante	2.740.099	2.071.647
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.590.807	983.127
1.01.01.01	Caixas e Bancos	36.391	40.823
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.554.416	942.304
1.01.03	Contas a Receber	1.025.326	971.478
1.01.03.01	Clientes	1.025.326	971.478
1.01.04	Estoques	65.272	57.680
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.704	11.420
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.704	11.420
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46.990	47.942
1.01.08.03	Outros	46.990	47.942
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	14.104	14.375
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.624	12.716
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	22.262	20.851
1.02	Ativo Não Circulante	12.889.449	12.568.942
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.956.134	3.715.372
1.02.01.04	Contas a Receber	53.513	51.551
1.02.01.04.01	Clientes	53.513	51.551
1.02.01.07	Tributos Diferidos	700.344	679.462
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	700.344	679.462
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.202.277	2.984.359
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	67.033	58.982
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	430.824	408.593
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	632.328	603.014
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	2.028.534	1.869.743
1.02.01.10.09	Outros Créditos	43.558	44.027
1.02.02	Investimentos	2.103	2.030
1.02.02.01	Participações Societárias	2.103	2.030
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.103	2.030
1.02.03	Imobilizado	315.812	312.679
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	224.408	225.727
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	91.404	86.952
1.02.04	Intangível	8.615.400	8.538.861
1.02.04.01	Intangíveis	8.615.400	8.538.861
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.434.385	8.356.681
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	181.015	182.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	15.629.548	14.640.589
2.01	Passivo Circulante	1.414.848	1.397.171
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128.869	117.893
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128.869	117.893
2.01.02	Fornecedores	263.101	269.397
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	263.101	269.397
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.861	84.602
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	96.954	81.786
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	52.339	0
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	44.615	81.786
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.907	2.816
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	387.796	407.680
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	186.600	220.336
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	175.993	207.623
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.607	12.713
2.01.04.02	Debêntures	126.436	116.418
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	74.760	70.926
2.01.05	Outras Obrigações	341.702	343.711
2.01.05.02	Outros	341.702	343.711
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	246.325	243.551
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.218	2.210
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.560	700
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.969	11.606
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	77.630	85.644
2.01.06	Provisões	193.519	173.888
2.01.06.02	Outras Provisões	193.519	173.888
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	78.685	77.341
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	114.834	96.547
2.02	Passivo Não Circulante	6.096.414	5.417.076
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.348.940	3.712.885
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.556.230	1.519.154
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.556.230	1.519.154
2.02.01.02	Debêntures	2.458.217	1.859.646
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	334.493	334.085
2.02.02	Outras Obrigações	18.984	5.791
2.02.02.02	Outros	18.984	5.791
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	2.829	2.829
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	13.943	0
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	2.212	2.962
2.02.04	Provisões	1.728.490	1.698.400
2.02.04.02	Outras Provisões	1.728.490	1.698.400
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.101.600	1.082.775
2.02.04.02.05	Provisões	626.890	615.625
2.03	Patrimônio Líquido	8.118.286	7.826.342
2.03.01	Capital Social Realizado	3.996.137	3.996.137

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	3.996.137	3.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	57.784	59.002
2.03.03.01	Ativos Próprio	57.784	59.002
2.03.04	Reservas de Lucros	3.696.944	3.696.944
2.03.04.01	Reserva Legal	108.638	108.638
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.551	11.551
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	63.880	63.880
2.03.04.10	Plano de Investimentos	3.512.875	3.512.875
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	293.204	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.416	4.458
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	69.801	69.801

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.406.842	1.226.476
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-589.834	-496.224
3.03	Resultado Bruto	817.008	730.252
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-326.669	-301.890
3.04.01	Despesas com Vendas	-114.856	-78.805
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-158.689	-142.209
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-52.373	-80.431
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-11.265	-47.654
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-20.169	-14.717
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-19.881	-17.377
3.04.05.05	Outras Despesas (Receitas) Operacionais	-1.058	-683
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-751	-445
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	490.339	428.362
3.06	Resultado Financeiro	-55.329	-55.344
3.06.01	Receitas Financeiras	58.886	15.600
3.06.02	Despesas Financeiras	-114.215	-70.944
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	435.010	373.018
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-143.066	-126.528
3.08.01	Corrente	-163.948	-134.685
3.08.02	Diferido	20.882	8.157
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	291.944	246.490
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	291.944	246.490
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,19922	0,16821
3.99.01.02	ON	0,18111	0,15291
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,19922	0,16821
3.99.02.02	ON	0,18111	0,15291

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	291.944	246.490
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.260	-1.298
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.845	-1.908
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	627	649
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-64	-59
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	22	20
4.03	Resultado Abrangente do Período	290.684	245.192

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	486.148	344.271
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	575.179	484.514
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	291.944	246.490
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	105.380	94.376
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	2.217	1.046
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-954	-583
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	-6.151	-5.101
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	51.220	17.583
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-20.882	-8.157
6.01.01.09	Provisão para Contingências	11.265	47.654
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	20.169	14.717
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	78.951	50.748
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	31.071	15.909
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	8.548	8.200
6.01.01.14	Variações Cambiais, líquidas	-2.142	466
6.01.01.15	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	2.455	-449
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	751	445
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	1.410	872
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	-73	298
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-89.031	-140.243
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-107.030	-88.252
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-284	-86
6.01.02.03	Estoques	-7.592	3.920
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-22.231	-33.559
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	-942	2.408
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	-6.296	-36.264
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	125.936	107.330
6.01.02.09	Salários e Encargos a Pagar	29.263	-22.274
6.01.02.10	Cauções e Retenções Contratuais	8	401
6.01.02.11	Receitas a Apropriar	16.803	-1.050
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-107.902	-78.577
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-8.764	5.760
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-352.553	-258.813
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-352.553	-258.850
6.02.02	Aplicação no Investimento	0	37
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	474.085	364.586
6.03.01	Financiamentos Obtidos	670.165	563.606
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-87.411	-106.839
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-68.827	-49.955
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-20.771	-19.861
6.03.05	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-11.290	-12.516
6.03.06	Depósitos Vinculados	-7.780	-9.849
6.03.07	Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio	-1	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	607.680	450.044
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	983.127	874.323

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.590.807	1.324.367

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	3.696.944	0	133.261	7.826.342
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	3.696.944	0	133.261	7.826.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	293.204	-1.260	291.944
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	291.944	0	291.944
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.260	-1.260	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	1.845	-1.845	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	-627	627	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	64	-64	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-22	22	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	3.696.944	293.204	132.001	8.118.286

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	247.788	-1.298	246.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.490	0	246.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.298	-1.298	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Realização	0	0	0	1.908	-1.908	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Realização	0	0	0	-649	649	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	59	-59	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-20	20	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.853.580	247.788	92.148	7.189.653

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	1.459.688	1.300.195
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.511.966	1.318.461
7.01.02	Outras Receitas	-1.058	-683
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-51.220	-17.583
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-448.523	-405.036
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-179.559	-148.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-265.407	-202.214
7.02.04	Outros	-3.557	-54.431
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.011.165	895.159
7.04	Retenções	-105.380	-94.376
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.380	-94.376
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	905.785	800.783
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.135	15.155
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-751	-445
7.06.02	Receitas Financeiras	58.886	15.600
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	963.920	815.938
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	963.920	815.938
7.08.01	Pessoal	260.739	235.110
7.08.01.01	Remuneração Direta	166.565	157.892
7.08.01.02	Benefícios	82.650	66.132
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.524	11.086
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	294.626	261.704
7.08.02.01	Federais	290.521	258.835
7.08.02.02	Estaduais	415	314
7.08.02.03	Municipais	3.690	2.555
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.611	72.634
7.08.03.01	Juros	114.215	70.944
7.08.03.02	Aluguéis	2.396	1.690
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	291.944	246.490
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	291.944	246.490

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de março de 2022:

Contratos (% da Receita Total) ¹				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Coleta de Esgoto
Curitiba	21,0%	26,3 anos	Água e Esgoto	100%	97,7%	830,7	810,8
Londrina	7,5%	24,3 anos	Água e Esgoto	100%	96,2%	258,9	245,5
Maringá	5,2%	18,4 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	170,7	190,2
Foz do Iguaçu	4,1%	21,9 anos	Água e Esgoto	100%	80,2%	119,8	97,1
Ponta Grossa	3,6%	4,0 anos	Água e Esgoto	100%	91,1%	155,4	140,3
Cascavel	3,6%	2,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	132,8	143,0
São José dos Pinhais	2,8%	21,8 anos	Água e Esgoto	100%	78,0%	119,7	94,6
Colombo	1,8%	26,1 anos	Água e Esgoto	100%	67,5%	87,9	60,4
Guarapuava	1,7%	20,6 anos	Água e Esgoto	100%	86,0%	69,4	58,1
Toledo	1,5%	3,4 anos	Água e Esgoto	100%	83,1%	62,3	50,3
Demais Municípios	47,2%					2.180,5	1.339,2
Totais				100,0%	77,5%	4.188,1	3.229,5

Contratos	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro (em R\$ milhões) ^{1 2}	% da Receita Total ¹
Vencidos	14	393,2	4,1
Vencimento em 2022	6	238,5	0,9
Vencimento entre 2023 e 2033	70	2.263,5	20,4
Vencimento após 2033	256	8.112,6	74,6
Totais	346	11.007,8	100,0

¹ Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes;

² Valor Contábil.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 77,5%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes em 31 de março de 2022.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de água em março de 2022 é 2,2% superior ao número de ligações existentes em março de 2021, representando um incremento de 73.208 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	MAR/22 (1)	%	MAR/21 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.060.439	90,9	2.994.308	90,9	2,2
Comercial	241.797	7,2	235.319	7,1	2,8
Industrial	13.619	0,4	13.349	0,4	2,0
Utilidade Pública	23.984	0,7	23.885	0,7	0,4
Poder Público	27.029	0,8	26.799	0,9	0,9
Totais	3.366.868	100,0	3.293.660	100,0	2,2

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

O número de ligações de esgoto em março de 2022 é 2,9% superior ao número de ligações existentes em março de 2021, representando acréscimo de 66.706 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	MAR/22 (1)	%	MAR/21 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	2.165.915	90,5	2.105.282	90,5	2,9
Comercial	191.235	8,0	185.810	8,0	2,9
Industrial	6.152	0,3	5.942	0,3	3,5
Utilidade Pública	15.699	0,7	15.522	0,7	1,1
Poder Público	14.916	0,5	14.655	0,5	1,8
Totais	2.393.917	100,0	2.327.211	100,0	2,9

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

1.2 PRODUTIVIDADE

No 1T22, o volume medido de água tratada foi de 131,4 milhões de m³, representando um crescimento de 5,0%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	112,8	108,6	3,9
Comercial	9,9	8,9	11,2
Industrial	3,2	3,3	-3,0
Utilidade Pública	1,3	1,0	30,0
Poder Público	4,2	3,3	27,3
Totais	131,4	125,1	5,0

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

No 1T22 o volume faturado de água tratada foi de 137,0 milhões de m³, contra 130,4 milhões de m³ no 1T21, representando um aumento de 5,1%, reflexo do crescimento do consumo no 1T22 após queda no mesmo período de 2021, devido principalmente a fatores climáticos (aumento no volume de chuvas e encerramento do rodízio na Região Metropolitana de Curitiba, normalizando a distribuição de água para essa região), conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ³ *	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	117,2	112,9	3,8
Comercial	10,8	9,8	10,2
Industrial	3,6	3,4	5,9
Utilidade Pública	1,1	0,9	22,2
Poder Público	4,3	3,4	26,5
Totais	137,0	130,4	5,1

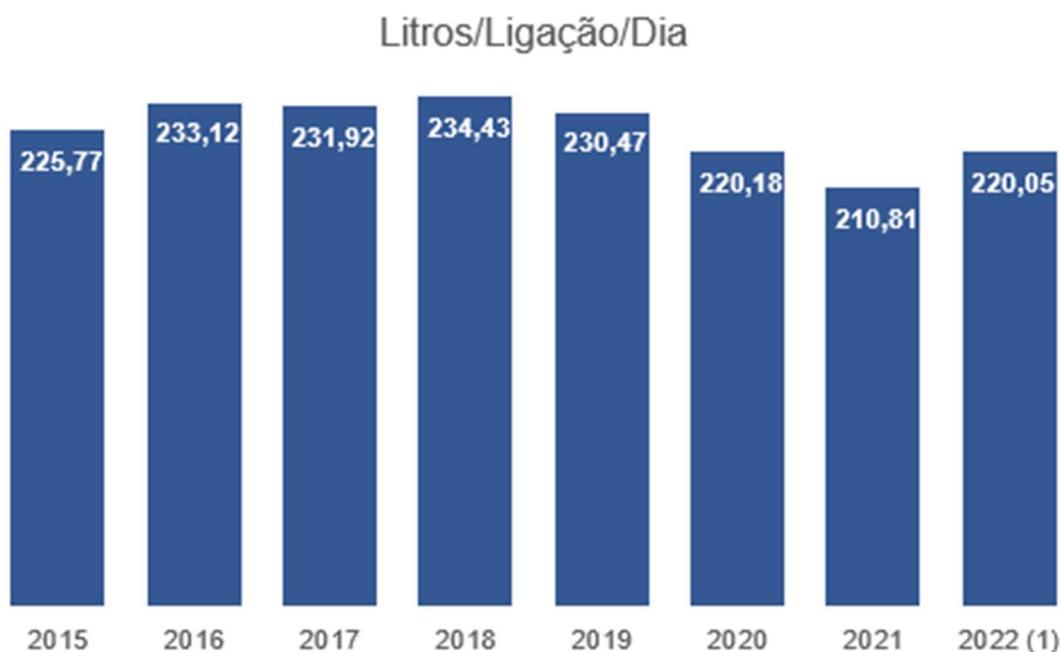
* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 1T22 apresentou um aumento de 5,9% em comparação ao 1T21, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ³ *	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	89,4	85,5	4,6
Comercial	9,9	8,8	12,5
Industrial	0,8	0,8	0,0
Utilidade Pública	0,9	0,8	12,5
Poder Público	3,3	2,6	26,9
Totais	104,3	98,5	5,9

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO *



* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

(1) Valores acumulados de janeiro a março de 2022.

Comentário do Desempenho

Água*	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. (1/2)	1T20 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.188.105	4.109.337	1,9 %	4.020.347	2,2 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.169	1.260	-7,2 %	1.140	10,5 %
Nº de captações de superfície	236	233	1,3 %	231	0,9 %
Km de rede assentada	59.283	57.979	2,2 %	55.679	4,1 %
Volume Produzido (m³)	198.111.314	185.456.414	6,8 %	201.547.763	-8,0 %
Perdas no faturamento - %	30,86	29,69	1,17 p.p.	31,79	-2,10 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	5,73	3,59	2,14 p.p.	3,56	0,03 p.p.

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. (1/2)	1T20 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.229.549	3.141.932	2,8 %	3.039.584	3,4 %
Nº de estações de tratamento	260	257	1,2 %	251	2,4 %
Km de rede assentada	39.897	38.985	2,3 %	37.157	4,9 %
Volume coletado em m³	99.195.497	93.543.997	6,0 %	99.718.064	-6,2 %

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

CRISE HÍDRICA E VOLUMES DISPONÍVEIS

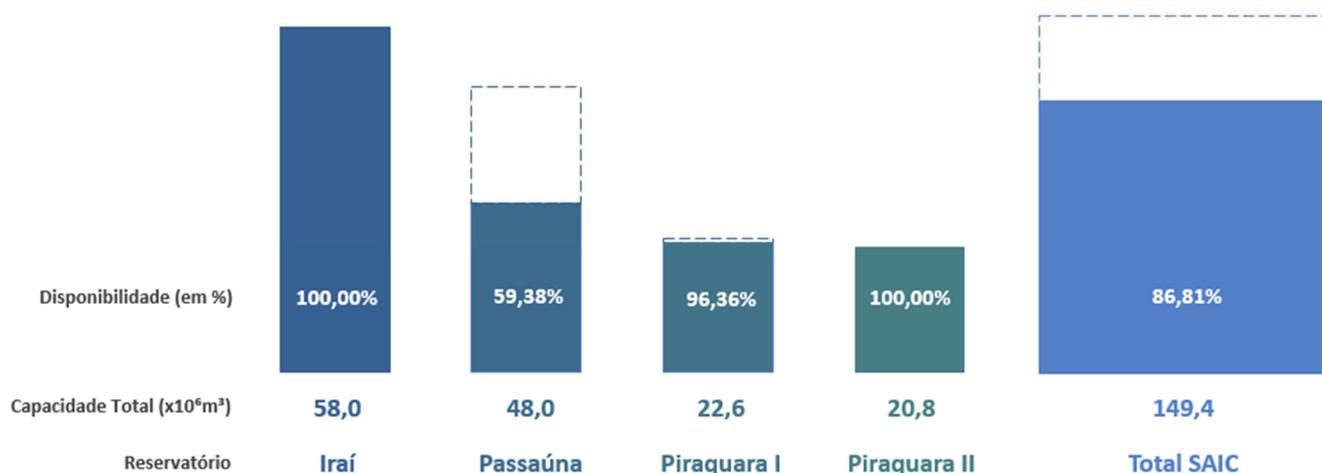
A estiagem que afetou o Estado do Paraná de forma mais severa em 2020 foi reconhecida pelo Governo do Estado por meio do Decreto Estadual nº 4626/2020, inicialmente pelo período de 180 dias, com prorrogações até junho de 2022. O município de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba foram diretamente afetados pela crise hídrica e exigiu que a Companhia implementasse um sistema de rodízio no fornecimento de água, a partir de maio de 2020, nas regiões abastecidas pelo Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC). A Companhia adotou uma série de medidas emergenciais, inclusive de obras estruturantes, além de fazer uma campanha para o uso racional da água junto à população. O incremento de água nas barragens decorrente das obras da Companhia, somados especialmente a economia da população e das chuvas ocorridas principalmente a partir do 4º trimestre de 2021, elevaram o nível médio dos reservatórios do SAIC para 80%, possibilitando que, em 19 de janeiro de 2022, a Companhia pudesse encerrar o rodízio em Curitiba e na Região Metropolitana de Curitiba.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. Em 31 de março de 2022, o volume médio de reservação, estava em 86,8% (60,8% em 31/03/2021).

Comentário do Desempenho



* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Receita de Água	920,0	806,1	14,1
Receita de Esgoto	546,6	469,0	16,5
Receita de Serviços	28,2	26,8	5,2
Receita de Resíduos Sólidos	3,1	3,0	3,3
Serviços Prestados aos Municípios	5,3	5,1	3,9
Doações Efetuadas por Clientes	7,4	7,2	2,8
Outras Receitas	1,4	1,3	7,7
Total Receita Operacional	1.512,0	1.318,5	14,7
COFINS	-86,5	-75,6	14,4
PASEP	-18,7	-16,4	14,0
Totais das Deduções	-105,2	-92,0	14,3
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.406,8	1.226,5	14,7

A receita operacional líquida aumentou 14,7%, passando de R\$1.226,5 milhões no 1T21 para R\$1.406,8 milhões no 1T22, este aumento é decorrente de: (i) reajuste tarifário de 5,11% a partir de 05 de fevereiro de 2021; (ii) revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021; (iii) crescimento dos volumes faturados de água e esgoto; e (iv) do aumento no número de ligações.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Pessoal	-281,8	-257,0	9,6
Materiais	-64,3	-53,5	20,2
Energia Elétrica	-171,8	-121,5	41,4
Serviços de Terceiros	-175,2	-157,7	11,1
Depreciações e Amortizações	-105,4	-94,4	11,7
Perdas na Realização de Créditos	-51,2	-17,6	190,9
Valor Realizável Líquido de Estoque	-0,1	1,7	-105,9
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Amb.	-18,7	-15,4	21,4
Taxa de Regulação	-7,0	-6,4	9,4
Indenizações por Danos a Terceiros	-1,2	-1,8	-33,3
Despesas Capitalizadas	29,1	21,6	34,7
Provisões para Contingências	-11,3	-47,7	-76,3
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-20,2	-14,7	37,4
Programa de Participação nos Resultados	-19,9	-17,4	14,4
Baixas de Ativos, líquidas	-1,1	-0,3	266,7
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	0,1	-0,3	-133,3
Resultado Equivalência Patrimonial	-0,7	-0,4	75,0
Outros Custos e Despesas	-15,8	-15,4	2,6
Totais	-916,5	-798,2	14,8

Os custos e despesas operacionais no 1T22 tiveram um aumento de 14,8% em relação ao 1T21.

As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Crescimento de 9,6%, em função de: (i) Reajuste salarial de 10,8% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2022/2024 (data base março de 2022), para os sindicatos que aceitaram a proposta e assinaram o acordo; (ii) Reajuste de 6,22% referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2020/2022 (data base março de 2021), refletindo integralmente no 1T22; e (iii) Indenizações trabalhistas e provisão do abono indenizatório no montante de R\$ 26.271, reconhecidas no período.

Materiais

Acréscimo de 20,2% principalmente em material de expediente, material de operação de sistemas, manutenção eletromecânica, material de tratamento, material de manutenção de veículos e combustíveis e lubrificantes.

Energia Elétrica

Aumento de 41,4% decorrente da redução de 3% no subsídio aplicado nas unidades consumidoras que usufruíam do desconto para saneamento, passando de 9% para 6%, pelo aumento de 52% no valor cobrado na régua de bandeiras, pela alteração da bandeira tarifária praticada pela COPEL de “bandeira Amarela” em março de 2021 para “bandeira de Escassez Hídrica” em março de 2022, além do reflexo tarifário médio de 9,89% aplicado a partir de 24/06/2021.

Serviços de Terceiros

Crescimento de 11,1% principalmente em serviços técnicos profissionais, serviço de veiculação, propaganda e publicidade, serviço de vigilância, fretes e carretos e serviços de remoção de resíduos de esgoto.

Comentário do Desempenho

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 11,7%, principalmente pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de abril de 2021 a março de 2022, no montante de R\$1.067,6 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Aumento de 190,9%, decorrente principalmente do reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares acima de 180 dias.

Provisões para Contingências

Redução de 76,3%, principalmente em função do provisionamento como perda provável de Ação Civil Pública no valor de R\$ 11,7 milhões, decorrente de indenização por acidente de trânsito no valor de R\$ 26,3 milhões ocorridos no 1º trimestre de 2021, causando reflexo na base comparativa entre os trimestres.

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Receitas Financeiras			
Aplicações Financeiras	34,3	4,7	629,8
Variações Monetárias Ativas	16,2	5,1	217,6
Variações Cambiais Ativas	2,2	0,0	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	0,0	0,5	-100,0
Outras Receitas Financeiras	6,2	5,3	17,0
Totais das Receitas Financeiras	58,9	15,6	277,6
Despesas Financeiras			
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	-80,7	-54,2	48,9
Variações Monetárias Passivas	-30,5	-15,9	91,8
Variações Cambiais Passivas	0,0	-0,5	-100,0
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-2,4	0,0	-
Outras Despesas Financeiras	-0,6	-0,3	100,0
Totais das Despesas Financeiras	-114,2	-70,9	61,1
Resultado Financeiro	-55,3	-55,3	0,0

No 1T22, o resultado financeiro foi igual ao resultado apurado no 1T21, na ordem de -R\$55,3 milhões. As Despesas Financeiras cresceram 61,1%, principalmente em despesas com juros e taxas de financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamentos, passando de R\$54,2 milhões no 1T21 para R\$80,7 milhões no 1T22 e em variações monetárias de empréstimos e financiamentos, passando de R\$15,9 milhões no 1T21 para R\$30,5 milhões no 1T22, decorrentes do aumento da base de cálculo dos encargos financeiros em função da captação de debêntures (11ª e 12ª emissões), da correção monetária da dívida do Arrendamento Mercantil do Litoral e da variação do IPCA em comparação ao mesmo período de 2021. Por outro lado, as Receitas Financeiras cresceram 277,6%, passando de R\$ 15,6 milhões no 1T21 para R\$ 58,9 milhões no 1T22, devido principalmente pela alteração da taxa SELIC e do incremento de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia (valores aplicados) e, também, ao início da vigência do Regulamento da AGEPAR, que determina a cobrança de juros de mora sobre contas a receber em atraso.

Comentário do Desempenho

Resultado Econômico - R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Resultado Operacional	490,3	428,3	14,5
Resultado Financeiro	-55,3	-55,3	0,0
Tributos sobre o Lucro	-143,1	-126,5	13,1
Lucro Líquido	291,9	246,5	18,4

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$291,9 milhões no 1T22, 18,4% acima do resultado líquido de R\$246,5 milhões registrado no 1T21. O resultado foi impactado principalmente pelo crescimento de 14,7% da receita operacional líquida.

O resultado do 1T22 não foi afetado por itens não recorrentes.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Remuneração de Pessoal	260,7	235,1	10,9
Remuneração a Governos (Tributos)	294,6	261,7	12,6
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	2,4	1,7	41,2
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	114,2	70,9	61,1
Lucro Líquido do Período não distribuído	292,0	246,5	18,5
Total da Riqueza Econômica	963,9	815,9	18,1

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e principalmente atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas para atendimento da demanda futura.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Receita Operacional Líquida	1.406,8	1.226,5	14,7 %
Lucro Operacional	490,3	428,3	14,5 %
Lucro Líquido	291,9	246,5	18,4 %
% Margem Operacional *	28,8	28,3	0,5 p.p.
% Margem Líquida *	20,7	20,1	0,6 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	3,7	3,5	0,2 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	1,3	1,4	-0,1 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 1T22, os ativos totais da Companhia atingiram R\$15.629,5 milhões (R\$14.640,6 milhões em 31/12/2021), enquanto as dívidas totais ao final do 1T22 eram de R\$7.511,3 milhões (R\$6.814,3 milhões em 31/12/2021).

Do montante da dívida total, R\$4.736,7 milhões (R\$4.120,6 milhões em 31/12/2021) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando acréscimo de 15,0% em relação ao exercício de 2021.

Comentário do Desempenho

	Referência	MAR/22	DEZ/21	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	8.118,2	7.826,3	3,7 %
Valor Patrimonial da Ação	R\$	5,37	5,18	3,7 %
Grau de Endividamento *	%	48,1	46,5	1,6 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,94	1,48	31,1 %
Liquidez Seca *	R\$	1,89	1,44	31,3 %

* Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 1T22, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$595,7 milhões, contra R\$522,7 milhões no 1T21. A margem EBITDA passou de 42,6% para 42,3%.

A geração de caixa operacional no 1T22 foi de R\$486,2 milhões, aumento de 41,2% em relação ao 1T21. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 81,6%.

EBITDA - R\$ milhões *	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Lucro Líquido	291,9	246,5	18,4
(+) Tributos sobre o Lucro	143,1	126,5	13,1
(+) Resultado Financeiro	55,3	55,3	0,0
(+) Depreciações e Amortizações	105,4	94,4	11,7
EBITDA	595,7	522,7	14,0
% Margem EBITDA	42,3	42,6	-0,3 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	81,6	65,8	15,8 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 1T22 foram de R\$352,5 milhões (R\$258,8 milhões no 1T21), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	1T22 (1)	1T21 (2)	Var. % (1/2)
Água	160,3	114,4	40,1
Esgoto	178,5	109,5	63,0
Outros Investimentos	13,7	34,9	-60,7
Totais	352,5	258,8	36,2

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$4.120,6 milhões em dezembro de 2021 para R\$4.736,7 milhões em março de 2022, representando um crescimento de R\$616,1 milhões. A dívida líquida passou de R\$3.137,5 milhões em dezembro de 2021 para R\$3.145,9 milhões em março de 2022.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 1,3x no 1T22 (1,4x no 1T21).

O grau de endividamento ficou em 48,1% no fechamento do 1T22 (48,4% no 1T21).

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 31 de março de 2022:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/07/2042	1.374,8	29,0
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	403,4	8,5
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	301,4	6,4
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	298,9	6,3
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	293,7	6,2
BNDES - PAC2	TJPL + 1,67% e 2,05%	-	15/07/2029	277,7	5,9
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	226,8	4,8
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	11/06/2024	205,3	4,3
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	176,0	3,7
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	21/06/2023	159,4	3,4
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	155,5	3,3
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	13/03/2026	128,2	2,7
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	127,7	2,7
Arrendamento Direito de Uso	4,89%	-	31/08/2026	115,5	2,4
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	83,2	1,8
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	72,9	1,5
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	15/09/2024	70,1	1,5
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	44,6	0,9
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	40,9	0,9
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	36,8	0,8
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	13/06/2022	33,4	0,7
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	30,7	0,6
BNDES - AVANÇAR	3,58% a 4,00%	IPCA	15/06/2040	28,7	0,6
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	22,8	0,5
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	9,9	0,2
Banco Itaú PSI	3,0% a 6,0%	-	15/01/2025	7,2	0,2
BNDES	TJLP + 1,82%	-	15/01/2023	6,4	0,1
Banco do Brasil - PSI	3,0% a 6,0%	-	15/04/2024	4,8	0,1
Totais				4.736,7	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
Até 12 meses	387,8	8,2
de 13 a 24 meses	417,9	8,8
de 25 a 36 meses	525,9	11,1
de 37 a 60 meses	906,2	19,1
Acima de 60 meses	2.498,9	52,8
Totais	4.736,7	100,0

Comentário do Desempenho

3. REGULAÇÃO

Parcela F - Conta de variação da Parcela A (CVA)

A conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela "A" (CVA) corresponde à compensação da soma das diferenças mensais, positivas ou negativas, calculadas em função das variações dos custos de energia elétrica, produtos químicos e encargos setoriais, corrigidos pelo IPCA.

A CVA é determinada a partir do custo histórico verificado no período t-1 para os três componentes supracitados e é repassada via reajuste no período t.

O cálculo do reajuste tarifário da Parcela A pressupõe que no período seguinte ocorrerá exatamente o mesmo volume (m³) verificado no ano base do cálculo e ao final do período t o saldo da CVA seria zero.

Portanto, a formulação básica do reajuste tarifário, não garante o repasse (*pass through*) perfeito dos custos não gerenciáveis para o consumidor, uma vez que não considera, por exemplo, a diferença entre o mercado de referência e o mercado de aplicação (m³ faturado).

Até março de 2022 a CVA da Companhia, apurada de forma gerencial, apresentou um saldo positivo de R\$ 52,4 milhões, que a Sanepar deverá recuperar, via tarifa.

A Companhia está divulgando o EBITDA Ajustado com os itens não gerenciáveis como métrica para analisar os impactos da compensação dos itens da parcela "A" (energia elétrica, material de tratamento, taxas e encargos) do modelo tarifário.

O EBITDA ajustado com os itens não gerenciáveis é uma medição não contábil e não deve ser considerado isoladamente como um indicador operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou capacidade da dívida da Companhia.

A seguir apresentamos o cálculo do EBITDA Ajustado partindo do EBITDA, que segue a ICVM 527/12, considerando os valores estimados dos itens não gerenciáveis, acumulados até 31 de março de 2022:

EBITDA - R\$ milhões *	1T22
EBITDA	595,7
(+) Itens não gerenciáveis	52,4
Energia Elétrica	55,4
Material de Tratamento	3,3
Taxas e Encargos	(6,3)
(=) EBITDA ajustado com itens não gerenciáveis	648,1
% Margem EBITDA Ajustada de itens não gerenciáveis	46,1%

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

1ª Fase da 2ª RTP

Em 04/01/2021 a AGEPAR promoveu a abertura da Consulta Pública nº 001/2021, referente à 1ª fase da 2ª RTP – Revisão Tarifaria Periódica e submeteu 09 (nove) Notas Técnicas para contribuições até 17/02/2021. Em 31/03/2021, a Agência realizou a Audiência Pública nº 001/2021, para debater as Notas Técnicas já atualizadas após as contribuições da Consulta Pública. Em 14/04/2021 o Conselho Diretor da AGEPAR, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, decidiu pela aprovação do novo reposicionamento tarifário de 5,7701%, resultado da 1ª fase da 2ª RTP. A tarifa reposicionada entrou em vigor 30 dias após sua homologação, com aplicação a partir de 17 de maio de 2021 (data-base).

Diferimento 1ª RTP

Ainda, na 1ª fase da 2ª RTP, a AGEPAR atualizou a regra de cálculo em relação a amortização da parcela do diferimento oriundo da 1ª RTP. No cálculo definido o saldo devedor do diferimento foi estimado a partir do saldo apurado das diferenças entre a Receita Requerida e a Receita Verificada projetado até maio/2021 e resultou no valor de R\$ 1,709 bilhão, este valor foi integrado à tarifa por meio de uma parcela de compensação ao longo do ciclo tarifário (2021 – 2024) de R\$ 0,459 por m³, calculada a partir da igualdade de um fluxo de caixa descontado pelo WACC regulatório. Ressalta-se que o valor será reprojeto a cada ano afim de contemplar oscilações da taxa Selic (taxa de correção do diferimento).

O diferimento é oriundo da 1ª RTP da Sanepar, ocasião em que a Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril de 2017, conforme previsto no artigo 3º:

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito vírgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois vírgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Em relação aos registros contábeis, em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

Comentário do Desempenho

2ª Fase da 2ª RTP (em andamento)

A 2ª fase da 2ª RTP encontra-se em andamento, sendo o último ato publicado pela AGEPAR a Resolução nº 007 de 29/03/2022, que abordou os seguintes temas: (i) aprovação do cronograma de trabalho da 2ª Fase da 2ª RTP da Sanepar, cuja conclusão está prevista para abril de 2023; (ii) realização do reajuste das tarifas vigentes dos serviços de água e esgoto da Sanepar, na data-base de 17 de maio de 2022; (iii) estabelecimento da inclusão de eventuais compensações necessárias para a manutenção da data-base vigente, de 17 de maio, na tarifa resultante da 2ª fase 2ª RTP da Sanepar.

Reajuste Tarifário 2022

Considerando a necessidade de manutenção do poder de compra da tarifa e a manutenção da data-base de reajuste da tarifa em maio/2022, em 23/02/2022 a Companhia aprovou o encaminhamento da proposta de reajuste tarifário referente ao ano de 2022 para AGEPAR.

Em 13/04/2022, na Reunião Extraordinária nº 013/2022, o Conselho Diretor da AGEPAR decidiu pela aplicação parcial do pedido de reajuste, sendo o índice de reajuste a ser aplicado em 2022 de 4,963%, decorrente da atualização da Parcela A (custos não gerenciáveis), Parcela F (CVA 2021) e Parcela de Compensações, oriundas da 1ª fase da 2ª RTP, ficando suspensa a atualização da Parcela B até o final do procedimento da RTP. A Agência indicou que a diferença entre o valor homologado e o valor aplicado deverá ser compensada na Parcela de Compensações ao final da 2ª etapa da 2ª RTP.

4. REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em atendimento a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, o Governo do Estado do Paraná sancionou a Lei Complementar nº 237/2021, de 09 de julho de 2021, que instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança. Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que aprovaram o regimento interno provisório das microrregiões. Em 30 de março de 2022 foi aprovada nas Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), a inclusão, nos aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa, das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, atribuído pela Lei Federal nº 14.026/2020.

5. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

A Companhia em atendimento às obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021 protocolou a comprovação de capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 no dia 29 de dezembro de 2021 na Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2021 na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Em 07 de março de 2022 o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 07/2022 deliberou por: i) referendar a aprovação da Sanepar na primeira etapa da avaliação da sua capacidade-econômica financeira; ii) atestar em segunda etapa, com ressalvas, a capacidade

Comentário do Desempenho

econômico-financeira da Sanepar para atender, em 296 municípios, incluindo Porto União/SC; e iii) não atestar, em segunda etapa, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender em 35 municípios, justificada pela falta de tempo contratual hábil para as atividades de engenharia. Diante disso, a Companhia protocolou em 21 de março de 2022 no âmbito da AGEPAR Recurso Administrativo quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira da Sanepar no sentido de: i) retirar as ressalvas na comprovação dos municípios atestados pela AGEPAR; e ii) incluir, mediante documentação complementar, a comprovação para os municípios não atestados preliminarmente.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 10/2022 deliberou no sentido de: i) afastar as ressalvas quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção do atestado de capacidade econômico-financeira; ii) reafirmar a inclusão da AGEPAR como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos; e iii) reconhecer como erro formal e retificar o voto original, passando a constar 21 municípios e, assim, emitir atestado de capacidade econômico-financeira para o atendimento de 310 municípios.

Em 29 de março de 2022, a Companhia protocolou na AGEPAR um pedido de reconsideração, acerca da decisão do Conselho Diretor.

Em 31 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 12/2022, deliberou pelo não acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia quanto à decisão da Agência em não atestar a comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia com relação a 21 municípios, os quais representaram no Exercício Social de 2021 a 0,41% da Receita Líquida da Companhia, ressaltando a licitude dos referidos contratos até seus termos finais, conforme manifestação da AGEPAR.

6. AGENDA ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

A Companhia afirma que o compromisso de levar aos municípios a melhor solução em saneamento e garantir mais saúde e qualidade de vida a todos os paranaenses é parte de seu DNA. Este propósito conduz as ações na agenda Ambiental, Social e de Governança. A constituição do Comitê Estratégico ASG foi um importante marco de atenção a esta agenda formalizado em 2021. O grupo, que tem a participação de diretores e da conselheira de administração, trata e enriquece as metas da Companhia alinhadas ao Pacto Global com diretrizes estratégicas, onde são priorizados os planos de ação para garantia do desenvolvimento sustentável. Em maio de 2022 será publicado o Relatório de Sustentabilidade 2021 da Companhia, onde são relatadas as principais ações ASG da empresa, seguindo framework do Global Reporting Initiative (GRI).

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. A situação atual das 346 concessões municipais operadas está demonstrada a seguir:

Contratos Concessão/Programa ¹	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro ^{1 2}	% da Receita Total ¹
Vencidos	14	393.224	4,1
Vencimento em 2022	6	238.488	0,9
Vencimento entre 2023 e 2033	70	2.263.488	20,4
Vencimento após 2033	256	8.112.649	74,6
Totais	346	11.007.849	100,0

¹ Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes;

² Valor do Custo Contábil.

Quando do vencimento das concessões, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. O último movimento processual desse caso se refere à distribuição no Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, o qual teve seu seguimento negado em 16/02/2022, restando pendente a análise dos Embargos de Declaração interpostos em 16/03/2022. Também no STF, na data de 20/04/2022, foi realizada audiência de conciliação, com o apoio do Centro de Mediação e Conciliação do STF e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, na qual a Sanepar apresentou proposta ao Município, sendo que a audiência terá continuidade na data de 23/05/2022. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o contrato não se extingue até que o Município pague a indenização devida à Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na Nota Explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Informações Contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de maio de 2022.

2.2. Mudança de prática contábil

Até o Exercício de 2021 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como “Despesas Comerciais”. Estes valores decorrem de compromissos financeiros assumidos nos Contratos de Programa/Concessão entre a Companhia e os municípios concedentes, e representam um valor percentual calculado sobre a receita bruta da Companhia nos respectivos municípios.

A partir do Exercício de 2022 a Companhia passou a registrar os gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como Custo dos Serviços Prestados, e não mais na rubrica de Despesas Comerciais. Esta classificação não afetou o resultado do período.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os períodos/exercícios, a Companhia reclassificou os valores dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” apresentados na Demonstração dos Resultados de 31 de março de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Divulgado 1T21	Ajuste	Reclassificado 1T21
Custos dos Serviços Prestados	(480.777)	(15.447)	(496.224)
Despesas Comerciais	(94.252)	15.447	(78.805)
Impacto no Resultado do Período	-	-	-

Notas Explicativas

2.3. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19, conforme Nota Explicativa 30. A crise hídrica instalada no Estado do Paraná nos últimos dois anos, foi amenizada com a normalização das chuvas, principalmente a partir de janeiro de 2022, com isso o rodízio no fornecimento de água nas regiões atendidas pelo Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC), foi encerrado em 19 de janeiro de 2022, outros municípios no Estado também tiveram encerramento do rodízio. A Administração não tem conhecimento de incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o marco legal de saneamento básico e adequou outras normas para contemplar as atualizações propostas no novo texto legal, ampliou a concorrência no setor e impôs metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência, sendo que em caso de descumprimento do prazo acima, os contratos poderão ser considerados irregulares.

A ANA passa a ter competência para criar normas de referência para a regulamentação dos serviços públicos de saneamento básico, sendo que as entidades reguladoras Estaduais e Municipais poderão adotar as normas de referência nacional. As normas de referência deverão tratar das seguintes questões: i) de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico; ii) regulamentação tarifária; iii) padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos; iv) metas de uniformização dos serviços de saneamento básico; v) critérios de contabilidade regulatória; vi) controle da perda de água; vii) metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados; viii) governança das entidades regulamentadoras; ix) reuso de efluentes tratados; x) determinação de caducidade na prestação dos serviços de saneamento básicos; xi) normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes; xii) sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização; e xiii) conteúdo mínimo para prestação universalizada e a sustentabilidade econômico-financeiro dos serviços de saneamento básico.

A Lei veda a formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviço público de saneamento básico.

Prevê que os Estados estabeleçam estruturas de prestação regional atendendo os critérios do Estatuto da Metrópole.

Em 31 de maio de 2021, o Decreto nº 10.710 regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário.

Em 09 de julho de 2021 o Estado do Paraná, pela Lei Complementar Estadual nº 237, instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança, contemplando todos os 399 municípios paranaenses, dos quais a Companhia opera em 345 municípios.

Notas Explicativas

Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões.

Em 30 de março de 2022 foi aprovada nas Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), a inclusão, nos aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa, das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, atribuído pela Lei Federal nº 14.026/2020.

A Companhia em atendimento às obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021 protocolou a comprovação de capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 no dia 29 de dezembro de 2021 na Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2021 na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Em 07 de março de 2022 o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 07/2022 deliberou por: i) referendar a aprovação da Sanepar na primeira etapa da avaliação da sua capacidade-econômica financeira; ii) atestar em segunda etapa, com ressalvas, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender, em 296 municípios, incluindo Porto União/SC; e iii) não atestar, em segunda etapa, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender em 35 municípios, justificada pela falta de tempo contratual hábil para as atividades de engenharia. Diante disso, a Companhia protocolou em 21 de março de 2022 no âmbito da AGEPAR Recurso Administrativo quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira da Sanepar no sentido de: i) retirar as ressalvas na comprovação dos municípios atestados pela AGEPAR; e ii) incluir, mediante documentação complementar, a comprovação para os municípios não atestados preliminarmente.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 10/2022 deliberou no sentido de: i) afastar as ressalvas quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção do atestado de capacidade econômico-financeira; ii) reafirmar a inclusão da AGEPAR como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos; e iii) reconhecer como erro formal e retificar o voto original, passando a constar 21 municípios e, assim, emitir atestado de capacidade econômico-financeira para o atendimento de 310 municípios.

Em 29 de março de 2022, a Companhia protocolou na AGEPAR um pedido de reconsideração, acerca da decisão do Conselho Diretor.

Em 31 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 12/2022, deliberou pelo não acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia quanto à decisão da Agência em não atestar a comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia com relação a 21 municípios, os quais representaram no Exercício Social de 2021 a 0,41% da Receita Líquida da Companhia, ressaltando a licitude dos referidos contratos até seus termos finais, conforme manifestação da AGEPAR.

Notas Explicativas

2.4. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2022 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 24 de fevereiro de 2022.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No trimestre findo em 31 de março de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 31 de março de 2022 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 de 2020 decorrente da pandemia do coronavírus. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Notas Explicativas

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$6.471 e R\$12.942 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	8.662	(8.662)	17.324	(17.324)
Ativos		8.662	(8.662)	17.324	(17.324)
Caixa Econômica Federal	TR	(391)	391	(782)	782
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI	(344)	344	(688)	688
BNDES	TJLP	(27)	27	(54)	54
BNDES-PAC2	TJLP	(777)	777	(1.554)	1.554
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(116)	116	(232)	232
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(274)	274	(548)	548
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(380)	380	(760)	760
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(480)	480	(960)	960
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(481)	481	(962)	962
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(1.021)	1.021	(2.042)	2.042
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.023)	1.023	(2.046)	2.046
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.278)	2.278	(4.556)	4.556
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(2.327)	2.327	(4.654)	4.654
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(835)	835	(1.670)	1.670
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(2.334)	2.334	(4.668)	4.668
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(658)	658	(1.316)	1.316
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.195)	1.195	(2.390)	2.390
Arrendamento Direito de Uso	DI	(192)	192	(384)	384
Passivos		(15.133)	15.133	(30.266)	30.266
Efeitos no Lucro antes da tributação		(6.471)	6.471	(12.942)	12.942

Os índices considerados para o período de 12 meses foram, TR de 0,20654% e a TJLP de 5,22% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 11,30% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 6,45% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 10,96% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é aumento de 8,09% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para junho de 2022, em relação a taxa PTAX informada na data de 31/03/2022.

Notas Explicativas

Considerando o valor nocional de €2.018 mil (R\$10.607 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$5,2561 para 31 de março de 2022 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1094 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$4,7378, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 8,09%)	(858)	(2.652)	2.652	(5.304)	5.304

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31 de março de 2022 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	31	27	4
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	340	304	36
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	62	55	7
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	1.941	1.745	196
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	3.333	3.744	(411)
6	Itaú BBA	15/12/2020	26/12/2022	404	2.128	2.576	(448)
7	Banco Bradesco	26/05/2021	26/12/2022	327	1.742	2.201	(459)
8	Itaú BBA	05/11/2021	26/12/2022	198	1.047	1.317	(270)
TOTAL				2.011	10.624	11.969	(1.345)

Notas Explicativas

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 31 de março de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.736.736	4.120.565
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.590.807)	(983.127)
Dívida Líquida *	3.145.929	3.137.438
Patrimônio Líquido	8.118.286	7.826.342
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,39	0,40

* Informação não revisada pelos auditores independentes

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.554.416	942.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	10.624	12.716
Depósitos Vinculados	81.137	73.357
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	36.391	40.823
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.078.839	1.023.029
Ativos Financeiros Contratuais	632.328	603.014
Outras Contas a Receber	65.820	64.878
Totais	3.459.555	2.760.121
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.969	11.606
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.736.736	4.120.565
Empreiteiros e Fornecedores	265.930	272.226
Outras Contas a Pagar	79.842	88.606
Totais	5.094.477	4.493.003

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários Livres	813	3.842
Depósitos Bancários Vinculados	35.578	36.981
	36.391	40.823
Aplicações Financeiras	1.554.416	942.304
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.590.807	983.127

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais, com remuneração média de 100,44% do CDI (97,24% em 2021). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a captação da 12ª emissão de debêntures no montante de R\$600.000.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Contas a Receber Vincendas	333.815	319.892
Contas a Receber de Parcelamentos	134.861	129.639
Ajuste a Valor Presente	(19.878)	(17.211)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	235.929	241.906
	684.727	674.226
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	176.652	164.796
De 31 a 60 dias	83.161	71.331
De 61 a 90 dias	55.059	46.293
De 91 a 180 dias	103.726	90.306
Mais de 180 dias	417.101	366.825
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(441.587)	(390.748)
	394.112	348.803
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.078.839	1.023.029
Circulante	1.025.326	971.478
Não Circulante	53.513	51.551

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	31/03/2022	31/12/2021
Prefeituras Municipais	112.610	(56.111)	(16.135)	40.364	34.757
Particulares	1.413.196	(385.476)	(3.743)	1.023.977	976.308
Setor Federal	1.903	-	-	1.903	1.274
Setor Estadual	12.595	-	-	12.595	10.690
Saldos no Final do Período	1.540.304	(441.587)	(19.878)	1.078.839	1.023.029

Notas Explicativas

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Saldos no Início do Período	(390.748)	(286.954)
Valores Registrados como Despesa	(51.220)	(103.830)
Baixas, Líquidas das Recuperações	381	36
Saldos no Final do Período	(441.587)	(390.748)

Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas a mais de 180 dias.

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Clientes Particulares	385.476	333.411
Prefeituras Municipais	56.111	57.337
Totais	441.587	390.748

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Saldos no Início do Período	(17.211)	(8.860)
Ajuste a Valor Presente	(2.667)	(8.351)
Saldos no Final do Período	(19.878)	(17.211)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a compensar	11.695	11.411
Contribuição Social a compensar	9	9
Totais	11.704	11.420
Circulante	11.704	11.420

Notas Explicativas

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.958	4.438
Reservas mantidas na CAIXA (1)	67.033	58.982
Outros Convênios (2)	10.146	9.937
Totais	81.137	73.357
Circulante	14.104	14.375
Não Circulante	67.033	58.982

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos a Empregados	16.077	13.439
Pagamentos Reembolsáveis	3.362	3.436
Depósitos Dados em Garantia	1.768	1.760
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	44.661	45.130
Despesas Antecipadas	251	254
Títulos e Outros Créditos	(299)	859
Totais	65.820	64.878
Circulante	22.262	20.851
Não Circulante	43.558	44.027

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2021	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	31/03/2022
Investimento Não Amortizado	1.609.292	62.152	-	-	1.671.444
Ajuste a Valor Presente	(1.006.278)	(38.989)	6.189	(38)	(1.039.116)
Totais	603.014	(a) 23.163	6.189	(38)	632.328

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 19 e 28 anos.

Notas Explicativas

11. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	31/03/2022
Projetos e Obras em Andamento	1.736.808	323.925	8.799	1.342	(172.562)	-	1.898.312
Estoques para Obras	132.935	20.670	-	-	-	(23.383)	130.222
Totais	1.869.743	344.595	8.799	1.342	(172.562)	(23.383)	2.028.534

Até o 1º trimestre de 2022 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$344.595 (R\$224.670 no mesmo período de 2021), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Curitiba, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cândido de Abreu e Telêmaco Borba; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Umuarama, Ivaiporã, Curiúva, Ibaiti e União da Vitória. Foram transferidos para ativo intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Curitiba, Guarapuava, Pato Branco, Toledo e Nova Olímpia.

No 1º trimestre de 2022 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$8.799 (R\$5.585 no mesmo período de 2021). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,9%.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	14.023	14.774
Impairment Test	(14.023)	(14.774)
Outros Investimentos	2.103	2.030
Totais	2.103	2.030

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$36.104 registrado em seu Capital Social.

Notas Explicativas

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	2.505	2.573
Ativo Não Circulante	51.311	53.278
• Imobilizado	49.336	51.158
• Outros	1.975	2.120
Ativo Total	53.816	55.851
Passivo Circulante	8.550	5.953
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	5.015	3.353
• Outros	3.535	2.600
Passivo Não Circulante	10.207	12.962
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	6.672	9.313
• Outros	3.535	3.649
Patrimônio Líquido	35.059	36.936
Passivo Total	53.816	55.851
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	31/03/2022	31/03/2021
Receita Bruta	3.763	3.084
(-) Custos dos Serviços	(4.620)	(3.023)
Resultado Bruto	(857)	61
(-) Despesas Operacionais	(691)	(710)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(1.548)	(649)
(-) Resultado Financeiro	(329)	(276)
Resultado Antes dos Tributos	(1.877)	(925)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Período	(1.877)	(925)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	-	-
Aportes Financeiros	-	1.046
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(751)	(2.958)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>) - (Constituição) /Reversão	751	1.912
Saldo no final do período	-	-

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2021 o teste de recuperabilidade (*“impairment test”*) deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

Notas Explicativas

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$417, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/03/2022 equivalem a R\$2.103.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2022	31/12/2021
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	372.524	(150.363)	222.161	224.376
Outras Imobilizações	7.522	(5.275)	2.247	1.351
Direito de Uso em Arrendamento	163.092	(71.688)	91.404	86.952
Totais	543.138	(227.326)	315.812	312.679

Por Natureza				31/03/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.922	-	2.922	2.922
Construções Civas	*1,84%	116.261	(21.904)	94.357	94.637
Benfeitorias	*2%	2.616	(845)	1.771	1.784
Instalações	*5,83%	9.850	(3.782)	6.068	6.196
Equipamentos	*6,23%	95.935	(37.107)	58.828	58.989
Móveis e Utensílios	*7,14%	54.020	(23.972)	30.048	28.962
Equipamentos de Informática	*19,82%	43.534	(28.843)	14.691	15.656
Veículos	*13,05%	28.824	(17.981)	10.843	11.073
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.087	(20.565)	3.522	4.050
Ferramentas	*6,67%	1.637	(639)	998	966
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	360	-	360	492
Direito de Uso em Arrendamento	*29,70%	163.092	(71.688)	91.404	86.952
Totais		543.138	(227.326)	315.812	312.679

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2022	31/12/2021
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	5.727.513	(1.894.319)	3.833.194	3.822.569
Sistemas de Esgoto	5.949.785	(1.528.904)	4.420.881	4.355.429
Resíduos Sólidos	4.717	(4.717)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.114	(76.051)	49.063	49.531
Outros Ativos Intangíveis	229.317	(98.070)	131.247	129.152
Direito de Uso em Arrendamento	200.794	(19.779)	181.015	182.180
Totais	12.237.240	(3.621.840)	8.615.400	8.538.861

Por Natureza				31/03/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	230.523	-	230.523	222.277
Poços	*3,10%	170.402	(42.551)	127.851	125.670
Barragens	*2,67%	147.583	(64.306)	83.277	84.074
Construções Civas	*2,59%	2.775.014	(679.435)	2.095.579	2.036.999
Benfeitorias	*2,67%	42.501	(5.685)	36.816	32.411
Tubulações	*2,64%	6.050.581	(1.672.023)	4.378.558	4.382.330
Ligações Prediais	*3,33%	909.597	(295.548)	614.049	608.294
Instalações	*5,83%	218.076	(92.449)	125.627	127.169
Hidrômetros	*10%	272.576	(107.850)	164.726	161.625
Macromedidores	*10%	7.373	(5.036)	2.337	2.307
Equipamentos	*6,23%	804.147	(350.363)	453.784	447.172
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.071	(4.195)	2.876	2.756
Equipamento de Informática	*19,82%	91.560	(85.392)	6.168	6.390
Programas de Informática	*20%	96.600	(58.700)	37.900	40.175
Veículos	*13,05%	20.187	(14.225)	5.962	6.275
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	25.947	(22.969)	2.978	3.495
Ferramentas	*6,67%	295	(223)	72	75
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.521	(253)	4.268	4.337
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	33.526	(24.807)	8.719	9.225
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(75.937)	49.063	49.531
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	114	(114)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	3.252	-	3.252	4.094
Direito de Uso em Arrendamento	*19,04%	200.794	(19.779)	181.015	182.180
Totais		12.237.240	(3.621.840)	8.615.400	8.538.861

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Notas Explicativas

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 31 de março de 2022 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				31/03/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Civas	1,67%	37.434	(2.982)	34.452	34.609
Tubulações	2,00%	147.315	(12.816)	134.499	135.235
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(1.224)	7.002	7.070
Instalações	6,67%	309	(98)	211	216
Equipamentos	6,25%	6.014	(1.742)	4.272	4.364
Arrendamento - Litoral		199.298	(18.862)	180.436	181.494
Veículos	48,60%	47.820	(27.041)	20.779	24.779
Construções Civas	20,00%	44.562	(12.703)	31.859	34.323
Equipamentos	17,72%	463	(347)	116	127
Equipamentos de Informática	22,56%	71.743	(32.514)	39.229	28.409
Arrendamento - Direito de Uso		164.588	(72.605)	91.983	87.638
Totais		363.886	(91.467)	272.419	269.132
Imobilizado		163.092	(71.688)	91.404	86.952
Intangível		200.794	(19.779)	181.015	182.180

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$2.396 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2021	Entradas	Amortizações	31/03/2022
Arrendamento - Litoral	181.494	-	(1.058)	180.436
Veículos	24.779	1.808	(5.808)	20.779
Construções Civas	34.323	(222)	(2.242)	31.859
Equipamentos	127	10	(21)	116
Equipamentos de Informática	28.409	14.871	(4.051)	39.229
Saldo	269.132	16.467	(13.180)	272.419

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2022:

Descrição	31/12/2021	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	31/03/2022
Imobilizado							
Terrenos	2.922	-	-	-	-	-	2.922
Construções Cíveis	94.637	281	(561)	-	-	-	94.357
Benfeitorias	1.784	-	(13)	-	-	-	1.771
Instalações	6.196	9	(137)	-	-	-	6.068
Equipamentos	58.989	1.196	(1.357)	-	-	-	58.828
Móveis e Utensílios	28.962	1.884	(798)	-	-	-	30.048
Equipamentos de Informática	15.656	42	(1.007)	-	-	-	14.691
Veículos	11.073	334	(564)	-	-	-	10.843
Máquinas, Tratores e Similares	4.050	(1)	(527)	-	-	-	3.522
Ferramentas	966	55	(23)	-	-	-	998
Bens Patrimoniais a Incorporar	492	(132)	-	-	-	-	360
Direito de Uso em Arrendamento	86.952	16.500	(12.048)	-	-	-	91.404
Totais Imobilizado	312.679	20.168	(17.035)	-	-	-	315.812
Intangível							
Terrenos	222.277	427	-	-	7.819	-	230.523
Poços	125.670	-	(512)	-	2.693	-	127.851
Barragens	84.074	-	(804)	-	7	-	83.277
Construções Cíveis	2.036.999	650	(17.026)	-	89.258	(14.302)	2.095.579
Benfeitorias	32.411	92	(262)	-	5.482	(907)	36.816
Tubulações	4.382.330	7.078	(37.841)	-	34.306	(7.315)	4.378.558
Ligações Prediais	608.294	35	(7.176)	(52)	13.587	(639)	614.049
Instalações	127.169	212	(3.290)	(1.212)	2.748	-	125.627
Hidrômetros	161.625	-	(6.430)	(1.000)	10.531	-	164.726
Macromedidores	2.307	-	(99)	-	129	-	2.337
Equipamentos	447.172	10.321	(8.447)	(1.092)	5.830	-	453.784
Móveis e Utensílios	2.756	65	(58)	-	113	-	2.876
Equipamentos de Informática	6.390	14	(295)	-	59	-	6.168
Programas de Informática	40.175	916	(3.191)	-	-	-	37.900
Veículos	6.275	-	(313)	-	-	-	5.962
Máquinas, Tratores e Similares	3.495	-	(517)	-	-	-	2.978
Ferramentas	75	-	(3)	-	-	-	72
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	4.337	-	(69)	-	-	-	4.268
Proteção e Preservação Ambiental	9.225	(94)	(412)	-	-	-	8.719
Concessão do Município de Curitiba	49.531	-	(468)	-	-	-	49.063
Bens Patrimoniais a Incorporar	4.094	(842)	-	-	-	-	3.252
Direito de Uso em Arrendamento	182.180	(33)	(1.132)	-	-	-	181.015
Total Intangível	8.538.861	18.841	(88.345)	(3.356)	172.562	(23.163)	8.615.400
Total Geral	8.851.540	39.009	(105.380)	(3.356)	(a) 172.562	(b) (23.163)	8.931.212

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	31/03/2022			31/12/2021		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	33.382	-	33.382	66.632	-	66.632
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	4.475	154.984	159.459	401	154.967	155.368
BNDES	TJLP + 1,82%	-	6.407	-	6.407	7.687	638	8.325
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.377	1.441	4.818	3.379	2.283	5.662
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.325	18.332	30.657	12.323	21.384	33.707
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	25.526	44.553	70.079	23.479	43.539	67.018
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.433	24.442	40.875	16.431	28.511	44.942
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	6.150	199.114	205.264	999	199.106	200.105
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.557	3.617	7.174	3.559	4.502	8.061
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	3.275	295.672	298.947	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	4.719	150.797	155.516	772	150.793	151.565
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	126	128.102	128.228	2.698	127.939	130.637
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.289	103.425	127.714	24.267	109.371	133.638
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15.833	67.378	83.211	15.486	69.643	85.129
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	-	403.452	403.452	4.053	394.250	398.303
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	-	226.839	226.839	2.121	221.616	223.737
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	50.858	226.846	277.704	51.263	239.099	290.362
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	11.867	281.843	293.710	11.652	284.360	296.012
Arrendamento Direito Uso	4,89%	-	62.893	52.650	115.543	59.274	49.725	108.999
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	-	176.002	176.002	1.870	171.852	173.722
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	1.660	299.793	301.453	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.998	41.603	44.601	2.988	42.267	45.255
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	4.883	67.968	72.851	4.869	69.052	73.921
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.434	21.319	22.753	1.402	21.164	22.566
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2.310	34.442	36.752	2.259	34.192	36.451
BNDES - AVANÇAR	3,58% a 4,00%	IPCA	171	28.530	28.701	175	27.864	28.039
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	78.993	1.295.796	1.374.789	75.698	1.244.768	1.320.466
Total em Reais			377.941	4.348.940	4.726.881	395.737	3.712.885	4.108.622
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	9.855	-	9.855	11.943	-	11.943
Total em Moeda Estrangeira			9.855	-	9.855	11.943	-	11.943
Saldo no Final do Exercício			387.796	4.348.940	4.736.736	407.680	3.712.885	4.120.565
Empréstimos e Financiamentos			186.600	1.556.230	1.742.830	220.336	1.519.154	1.739.490
Debêntures			126.436	2.458.217	2.584.653	116.418	1.859.646	1.976.064
Arrendamentos			74.760	334.493	409.253	70.926	334.085	405.011

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar a promoção do programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

Notas Explicativas

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 31 de março de 2022 houve liberação de €2.011 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 128,45% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 8,29% para uma taxa de 6,45 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12%, em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,77% e em 31 de março de 2022 foi de 4,89%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2021	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	31/03/2022
Arrendamento - Litoral	296.012	-	-	7.779	(10.081)	293.710
Arrendamento - Direito de Uso	108.999	16.467	-	767	(10.690)	115.543
Totais	405.011	16.467	-	8.546	(20.771)	409.253
Circulante	70.926					74.760
Não Circulante	334.085					334.493

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2022 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamentos está demonstrado a seguir:

Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	31/03/2022	31/12/2021
			Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	39.894	(28.027)	11.867	11.652
Mais de um ano e menos de cinco anos	161.304	(111.333)	49.971	49.150
Acima de cinco anos	368.596	(136.724)	231.872	235.210
Subtotal	569.794	(276.084)	293.710	296.012
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	66.612	(3.719)	62.893	59.274
Mais de um ano e menos de cinco anos	56.256	(3.606)	52.650	49.725
Subtotal	122.868	(7.325)	115.543	108.999
Totais	692.662	(283.409)	409.253	405.011

O passivo dos arrendamentos de direito de uso e litoral foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2022
Arrendamento - Litoral	380.618
Veículos	23.571
Bens Móveis	50.026
Bens Imóveis	46.053
Total	500.268

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando os juros incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2036	Total
Arrendamento - Litoral	31.398	43.784	45.360	46.835	48.345	49.905	482.074	747.701
Veículos	18.856	5.227	-	-	-	-	-	24.083
Bens Móveis	14.456	14.974	10.238	9.783	4.724	12	-	54.187
Bens Imóveis	6.921	9.919	10.241	10.781	11.720	3.087	-	52.669
Total	71.631	73.904	65.839	67.399	64.789	53.004	482.074	878.640

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	31/03/2022	31/12/2021
TR	1.374.789	1.320.466
TJLP	483.357	510.974
IPCA	1.466.694	1.154.141
DI	980.796	704.307
IPC-FIPE	293.710	296.012
EURO	9.855	11.943
Sem Correção Monetária	127.535	122.722
Totais	4.736.736	4.120.565

Notas Explicativas

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2020	2022	200.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	261.304	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2017 a 2022	2022 a 2027	127.821	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	223.716	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	95.590	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	2022	2027	300.000	300.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	2022	2032	300.000	300.000	2032	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR	2020	2040	254.788	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 287 Contratos	2003 a 2018	2042	3.100.901	-	Mensal	Mensal

Notas Explicativas

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Debêntures 2ª Emissão	47.155	50.793	43.663	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	30.268	39.419	39.419	39.419	39.419	22.981	-	-
Debêntures 7ª Emissão	8.982	10.534	10.534	10.534	10.534	10.539	10.562	10.562
Debêntures 8ª Emissão	4.475	154.984	-	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	10.869	-	199.114	-	150.797	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	403.452	-	-
Debêntures 11ª Emissão	126	-	-	64.051	64.051	-	-	226.839
Debêntures 12ª Emissão	4.935	-	-	-	147.836	147.836	-	-
Subtotais Debêntures	106.810	255.730	292.730	114.004	412.637	584.808	10.562	237.401
BNDES	5.768	639	-	-	-	-	-	-
BNDES - PAC2	38.563	49.177	49.177	49.177	42.228	26.070	21.520	1.792
BNDES - AVANÇAR	171	826	1.679	1.679	1.679	1.679	1.679	1.679
Banco do Brasil - PSI	2.535	2.093	190	-	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	2.672	3.056	1.420	26	-	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB	33.382	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	59.976	77.816	82.651	87.787	92.466	97.561	102.461	101.686
Banco KfW	9.855	-	-	-	-	-	-	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	152.922	133.607	135.117	138.669	136.373	125.310	125.660	105.157
Arrendamento - Litoral	10.183	10.530	11.615	12.826	14.179	15.690	17.381	19.275
Arrendamento - Direito de Uso	54.363	23.470	16.736	14.045	6.850	79	-	-
Subtotais Arrendamentos	64.546	34.000	28.351	26.871	21.029	15.769	17.381	19.275
Totais	324.278	423.337	456.198	279.544	570.039	725.887	153.603	361.833

Descrição	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	141.611
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	210.925
Debêntures 7ª Emissão	10.562	10.562	10.562	10.562	10.562	10.562	30.804	176.957
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	159.459
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	360.780
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	403.452
Debêntures 11ª Emissão	-	176.002	-	-	-	-	-	531.069
Debêntures 12ª Emissão	-	-	299.793	-	-	-	-	600.400
Subtotais Debêntures	10.562	186.564	310.355	10.562	10.562	10.562	30.804	2.584.653
BNDES	-	-	-	-	-	-	-	6.407
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	277.704
BNDES - AVANÇAR	1.679	1.679	1.679	1.679	1.679	1.679	7.556	28.701
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	4.818
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	7.174
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	-	-	-	-	-	-	33.382
Caixa Econômica Federal	96.780	89.307	66.204	64.151	57.069	59.072	239.802	1.374.789
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	9.855
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	98.459	90.986	67.883	65.830	58.748	60.751	247.358	1.742.830
Arrendamento - Litoral	21.396	23.774	26.442	29.437	32.801	33.806	14.375	293.710
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	115.543
Subtotais Arrendamentos	21.396	23.774	26.442	29.437	32.801	33.806	14.375	409.253
Totais	130.417	301.324	404.680	105.829	102.111	105.119	292.537	4.736.736

Notas Explicativas**d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	31/03/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	407.680	3.712.885	521.505	3.126.083
Liberações	-	670.165	-	799.220
Juros e Taxas sobre Financiamentos	78.951	-	240.071	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	31.071	-	95.551
Transferências	56.038	(56.038)	327.114	(327.114)
Amortizações	(177.009)	-	(779.006)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(737)	(9.143)	(1.082)	(7.162)
Variações Cambiais	(2.142)	-	-	(165)
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	8.548	-	29.554	26.472
Arrendamentos	16.467	-	69.524	-
Saldos no final do período	387.796	4.348.940	407.680	3.712.885

e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

No 1º trimestre de 2022 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(8.561)
Debêntures 4ª Emissão	-	(13.707)
Debêntures 7ª Emissão	-	(7.642)
Debêntures 10ª Emissão	-	(9.218)
Debêntures 11ª Emissão	-	(14.966)
Debêntures 12ª Emissão (1)	600.000	-
BNDES	-	(2.059)
BNDES - PAC2	-	(18.034)
BNDES - AVANÇAR	-	(277)
Banco do Brasil - PSI	-	(894)
Banco Itaú - PSI	-	(980)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	(35.019)
Caixa Econômica Federal	70.165	(44.881)
Subtotal	670.165	(156.238)
Arrendamentos (2)	16.467	(20.771)
Totais	686.632	(177.009)

(1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos;

(2) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa).

Notas Explicativas

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants* (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES, e das 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) *Covenants* dos contratos da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures e de Célula de Crédito Bancário - CCB

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) *Covenants* de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) *Covenants* do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado “Avançar”, e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Notas Explicativas

Em relação aos contratos do item (ii), da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e para a Cédula de Crédito Bancário - CCB contratada junto ao Banco BTG Pactual, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 31 de março de 2022, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco KfW e da CCB junto ao Banco BTG Pactual.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a Pagar	37.659	-
Contribuição Social a Pagar	14.680	-
COFINS a Pagar	31.049	29.889
PASEP a Pagar	6.693	6.449
IPTU - Parcelamento (1)	-	125
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	9.780	48.139
Totais dos Impostos e Contribuições	99.861	84.602
Circulante	99.861	84.602

(1) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que em 31/03/2022 o montante dessa dívida está quitada.

Notas Explicativas**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado**

Descrição	31/03/2022		31/03/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	435.010	435.010	373.018	373.018
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(108.753)	(39.151)	(93.254)	(33.572)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	4.780	-	-	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	131	-	165	-
Equivalência Patrimonial	(188)	(67)	(111)	(40)
Outros	147	35	225	59
Totais das Despesas	(103.883)	(39.183)	(92.975)	(33.553)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(143.066)		(126.528)	
Alíquota Efetiva	32,9%		33,9%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2022	31/03/2021
Imposto de Renda	(119.321)	(99.057)
Contribuição Social	(44.627)	(35.628)
Realização do Imposto de Renda Diferido	15.438	6.082
Realização da Contribuição Social Diferida	5.444	2.075
Totais	(143.066)	(126.528)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	31/03/2022				31/12/2021
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	1.039.116	259.779	93.520	353.299	342.135
Arrendamento - Litoral (Ativo)	20 anos	293.711	73.428	26.434	99.862	100.644
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.180.285	295.071	106.226	401.297	394.440
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	13.985	3.496	1.259	4.755	4.824
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	626.890	156.722	56.420	213.142	209.312
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	115.543	28.886	10.399	39.285	37.060
Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CS Bionergia	5 anos	14.024	3.506	1.262	4.768	5.023
AVP de Contas a Receber	5 anos	19.878	4.970	1.789	6.759	5.852
Valor Realizável Líquido de Estoque	5 anos	264	66	24	90	89
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	418	104	38	142	167
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	54.241	13.560	4.882	18.442	18.835
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	22.839	5.710	2.055	7.765	7.012
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	137	34	12	46	46
Provisão para PPR	1 ano	100.078	25.020	9.007	34.027	27.267
Totais			870.352	313.327	1.183.679	1.152.706
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	963.130	240.782	86.682	327.464	317.532
Reserva de Reavaliação	26 anos	87.552	21.888	7.880	29.768	30.395
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	21 anos	109.114	27.278	-	27.278	27.594
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.550	2.888	1.039	3.927	3.927
Arrendamento - Litoral (Passivo)	15 anos	180.435	45.109	16.239	61.348	61.708
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	13 anos	6.691	1.673	602	2.275	2.296
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	91.984	22.996	8.279	31.275	29.792
Totais			362.614	120.721	483.335	473.244
Total Líquido			507.738	192.606	700.344	679.462

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de março de 2022, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2022	50.807	18.290	69.097	13.593	4.539	18.132
2023	45.935	16.536	62.471	18.124	6.051	24.175
2024	60.234	21.684	81.918	18.124	6.051	24.175
2025	40.940	14.739	55.679	18.124	6.051	24.175
2026	199.536	71.833	271.369	19.274	6.465	25.739
2027 a 2029	100.342	36.123	136.465	40.573	13.187	53.760
2030 a 2032	101.382	36.498	137.880	40.573	13.187	53.760
2033 a 2035	100.342	36.123	136.465	40.442	13.140	53.582
2036 a 2038	55.960	20.146	76.106	34.064	10.843	44.907
2039 a 2041	26.116	9.402	35.518	31.041	9.755	40.796
2042 a 2044	25.978	9.352	35.330	27.943	9.586	37.529
2045 a 2047	25.978	9.352	35.330	26.628	9.586	36.214
2048 a 2050	25.978	9.352	35.330	24.078	8.668	32.746
2051	10.824	3.897	14.721	10.033	3.612	13.645
Totais	870.352	313.327	1.183.679	362.614	120.721	483.335

Notas Explicativas

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o 1º trimestre de 2022 foi de R\$997 (R\$1.050 no mesmo período de 2021). O saldo em 31 de março de 2022 é de R\$17.503 (R\$700 em 31/12/2021), sendo R\$3.560 (R\$700 em 31/12/2021) registrados no passivo circulante e R\$13.943 no passivo não circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	31/03/2022
Ações Trabalhistas (i)	342.444	23.312	(3.692)	(12.354)	349.710
Ações Cíveis (ii)	221.188	3.312	(803)	(265)	223.432
Ações Ambientais (iii)	42.324	664	-	-	42.988
Ações Tributárias (iv)	7.654	1.091	-	-	8.745
Operação Ductos (v)	2.015	-	-	-	2.015
Totais	615.625	28.379	(4.495)	(12.619)	626.890

Principais eventos no período:

Complemento de provisões trabalhistas no montante de R\$5.568, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, bem como a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais e R\$ 5.603 referente a equiparações salariais. Em contrapartida houve redução das provisões (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$16.046, em razão do arquivamento e baixa definitiva de processos.

Conforme deliberação do Conselho de Administração, na 1ª/2022 Reunião Ordinária, de 17 de janeiro de 2022, a Companhia designou Comissão Multidisciplinar Específica de Gestão de Materiais, para continuidade aos andamentos dos trabalhos referentes a fase III da “Comissão Força Tarefa – Operação Ductos”, objetivando finalizar as avaliações decorrentes dos valores provisionados, bem como análise e aprimoramento dos procedimentos de gestão de materiais.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível, exceto para ações ambientais, para as quais a Companhia divulga as expectativas de perda possível e remota. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	31/03/2022	31/12/2021
Ações Trabalhistas (i)	78.767	75.798
Ações Cíveis (ii)	613.794	651.934
Ações Ambientais (iii)	342.611	343.023
Ações Tributárias (iv)	25.682	25.051
Totais	1.060.854	1.095.806

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Os passivos contingentes ambientais incluem as ações com expectativa de perda remota no montante de R\$155.725.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante a 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 258 ETEs, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 184 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Notas Explicativas

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento de dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) quanto a uma Cláusula neles prevista que obrigam a Companhia ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. O referido valor foi divulgado a época como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A Companhia recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, obtendo liminarmente a suspensão dos efeitos da decisão.

Em abril de 2021 o TRF 4 julgou procedentes os dois recursos da SANEPAR. As decisões transitaram em julgado e o valor de perda foi baixado do passivo.

Após constatar a necessidade de promover ajustes de cronogramas de algumas estações de tratamento de esgoto e elaboração de novas cláusulas dos acordos firmados em 2018, a Companhia apresentou ao Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba a repactuação dos acordos. No terceiro trimestre de 2021, a repactuação não foi homologada judicialmente, razão pela qual a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração o qual aguarda julgamento.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranavaí, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Porecatu, Maringá e Pinhais.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/03/2022	31/12/2021
Ações Trabalhistas (i)	304.049	286.653
Ações Cíveis	101.735	97.877
Ações Ambientais	5.449	5.448
Ações Tributárias	19.591	18.615
Totais	430.824	408.593

(i) No primeiro trimestre de 2022 foram registrados 39 novos depósitos judiciais e atualização das ações trabalhistas movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, referentes a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração no montante de R\$ 11.411.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva complementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Notas Explicativas

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$8.135 (R\$7.420 no mesmo período de 2021) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 62,9% pela patrocinadora e 37,1% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste trimestre, o montante de R\$20.481 (R\$18.672 no mesmo período de 2021).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação 695/12 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	32.843	45.842	78.685	77.341
Não Circulante	459.809	641.791	1.101.600	1.082.775
Totais	492.652	687.633	1.180.285	1.160.116

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2022:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2022
Custo do Serviço Corrente	7.077	3.484	10.561
Custo dos Juros	152.998	69.473	222.471
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(103.269)	-	(103.269)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(17.752)	(31.334)	(49.086)
Totais	39.054	41.623	80.677

Notas Explicativas

O montante de R\$80.677 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2022, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado no 1º trimestre de 2022 o montante de R\$20.169 (R\$14.717 no mesmo período de 2021). No final do exercício de 2022 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	61.183	61.183	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	3.061	2.967	-	-
Contas a Receber	40.364	34.757	-	-	-	-	-	-
CS Bioenergia S.A.								
Tratamento de Efluente de Esgoto	1.187	1.187	-	-	107	19	-	-
Aluguel de Imóvel	230	302	-	-	30	82	-	-
Gastos Reembolsáveis Energia Elétrica	132	177	-	-	-	-	59	120
Remoção de Lodo - ETE Belém	-	-	-	-	-	-	3.574	2.636
Locação Usina Minig. Energ. Elétrica	-	-	-	-	-	-	463	620
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	145	136	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	28.615	26.092
Copel (Controlada pelo Estado do PR)								
Água retirada de Reservatórios de Usinas	-	-	234	-	-	-	234	-
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	7	-	-	238	15
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	10	13	-	-	34	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	-	-	-	775	804
Investimento segurança hídrica	-	3.026	-	-	-	-	-	-
Total	41.913	39.449	61.427	61.203	3.343	3.204	33.992	30.287

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovada pela 58ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, no montante global de R\$15.054. Para o exercício de 2021 a aprovação se deu pela 57ª/2021 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2021, no montante de R\$15.046.

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração	2.517	2.476
Encargos e Benefícios	865	755
Encargos Sociais	804	686
Plano de Saúde (Sanesaúde)	22	16
Plano de Previdência (Fusanprev)	30	29
Programas Complementares	9	24
Totais	3.382	3.231

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Contratos e Convênios com Terceiros	19.344	18.907
Convênios com Municípios	19.498	19.412
Cauções e Valores a Reembolsar	10.990	12.380
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	22.858	30.558
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.963	5.905
Outras Contas a Pagar	1.189	1.444
Totais	79.842	88.606
Circulante	77.630	85.644
Não Circulante	2.212	2.962

(1) Saldo de R\$13.873 referente a parcelamento de débitos relativos a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao IBAMA no montante de R\$8.985.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de março de 2022, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$5,37 (R\$5,18 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	-	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.562.030	0,6	5.562.030	0,4
Investidores Estrangeiros	48.295.605	9,6	264.912.155	26,3	313.207.760	20,7
Demais Investidores	152.785.879	30,3	736.996.072	73,1	889.781.951	58,9
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no 1º trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.218 (R\$1.259 no mesmo período de 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	31/03/2022	31/03/2021
Saldos no início do período	59.002	64.292
Realização da Reserva de Reavaliação	(1.845)	(1.908)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	627	649
Saldos no final do período	57.784	63.033

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$42 (R\$39 no mesmo período de 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	31/03/2022	31/03/2021
Saldos no início do período	4.458	4.668
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(64)	(59)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	22	20
Saldos no final do período	4.416	4.629

Notas Explicativas

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

h) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2021, no montante bruto de R\$343.564, os quais tem previsão de pagamento até o dia 24 de junho de 2022.

Notas Explicativas

i) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2021	2020
Ações Ordinárias	0,21314	0,18389
Ações Preferenciais	0,23445	0,20228
Valor para 1 "Unit"	1,15094	0,99303

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	31/03/2022	31/03/2021
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	91.232	77.028
Ações preferências	200.712	169.462
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,18111	0,15291
Por ação preferencial	0,19922	0,16821

23. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Receitas		
Receitas de Água	919.974	806.051
Receitas de Esgoto	546.587	468.982
Receitas de Serviços	28.188	26.824
Receitas de Resíduos Sólidos	3.061	2.967
Serviços Prestados a Prefeituras	5.259	5.156
Doações efetuadas por Clientes	7.445	7.163
Outras Receitas	1.452	1.318
Totais das Receitas Operacionais	1.511.966	1.318.461
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(86.468)	(75.596)
PASEP	(18.656)	(16.389)
Totais das Deduções	(105.124)	(91.985)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.406.842	1.226.476

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$17.531 (R\$28.225 no mesmo período de 2021), durante o 1º trimestre de 2022, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Notas Explicativas

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2022 a 31/03/2022			01/01/2021 a 31/03/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(76.194)	(34.741)	(110.935)	(65.820)	(32.482)	(98.302)
Materiais	(31.552)	(19.641)	(51.193)	(26.133)	(16.223)	(42.356)
Energia Elétrica	(152.727)	(19.082)	(171.809)	(106.467)	(15.058)	(121.525)
Serviços de Terceiros	(62.650)	(45.441)	(108.091)	(57.932)	(42.264)	(100.196)
Depreciações e Amortizações	(44.746)	(41.914)	(86.660)	(39.809)	(38.531)	(78.340)
Indenizações por Danos a Terceiros	(842)	(332)	(1.174)	(815)	(631)	(1.446)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb. (1)	(10.273)	(8.435)	(18.708)	(8.482)	(6.965)	(15.447)
Outros Custos	(30.458)	(10.806)	(41.264)	(28.395)	(10.217)	(38.612)
Totais	(409.442)	(180.392)	(589.834)	(333.853)	(162.371)	(496.224)

(1) Os valores referentes ao Exercício de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil.

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Comerciais (1)		
Pessoal	(29.503)	(28.876)
Materiais	(914)	(605)
Serviços de Terceiros	(29.802)	(28.002)
Depreciações e Amortizações	(1.937)	(2.456)
Perdas na Realização de Créditos (2)	(51.161)	(17.583)
Programa Sanepar Rural	(931)	(476)
Outras Despesas	(608)	(807)
Totais das Despesas Comerciais	(114.856)	(78.805)
Administrativas		
Pessoal	(141.348)	(129.846)
Materiais	(12.200)	(10.581)
Serviços de Terceiros	(37.312)	(29.448)
Depreciações e Amortizações	(16.783)	(13.580)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(61)	1.684
Taxa de Regulação	(6.975)	(6.448)
Despesas com Viagens	(982)	(792)
Programas Sociais e Ambientais	(3.396)	(2.146)
Outras Despesas	(5.752)	(5.031)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	37.014	32.384
Despesas Capitalizadas (4)	29.106	21.595
Totais das Despesas Administrativas	(158.689)	(142.209)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais	7	(46)
Multas Ambientais	(9)	(8)
Baixas de Ativos	(1.129)	(331)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	73	(298)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(1.058)	(683)

Notas Explicativas

- (1) Os valores de Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental referentes ao Exercício de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil;
- (2) Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas a mais de 180 dias;
- (3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;
- (4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$19.881 (R\$17.377 no mesmo período de 2021), referente provisão a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecidas para o exercício de 2022, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	34.303	4.732
Variações Monetárias Ativas	16.201	5.045
Variações Cambiais Ativas	2.142	34
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	-	491
Outras Receitas Financeiras	6.240	5.298
Totais das Receitas Financeiras	58.886	15.600
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	(80.721)	(54.230)
Variações Monetárias Passivas (1)	(30.460)	(15.902)
Variações Cambiais Passivas	-	(500)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(2.455)	(43)
Outras Despesas Financeiras	(579)	(269)
Totais das Despesas Financeiras	(114.215)	(70.944)
Resultado Financeiro	(55.329)	(55.344)

- (1) Aumento da base de cálculo das variações monetárias passivas, em função da captação de debêntures (11ª e 12ª emissões), reajuste do contrato do arrendamento do litoral e variação do IPCA, compensado pelo crescimento das receitas financeiras, devido principalmente pela alteração do valor da taxa SELIC e do incremento de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia (valores aplicados) e também devido ao início da vigência do Regulamento da AGEPAR, que determina a cobrança de juros de mora sobre contas a receber em atraso.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Notas Explicativas

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2022 a 31/03/2022			01/01/2021 a 31/03/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	940.715	557.095	1.497.810	824.920	479.904	1.304.824
Outras Receitas Operacionais	8.037	6.119	14.156	7.767	5.870	13.637
Total da Receita Operacional Bruta	948.752	563.214	1.511.966	832.687	485.774	1.318.461
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(59.685)	(45.439)	(105.124)	(52.393)	(39.592)	(91.985)
Receita Operacional Líquida	889.067	517.775	1.406.842	780.294	446.182	1.226.476
Custo	(409.442)	(180.392)	(589.834)	(333.853)	(162.371)	(496.224)
Lucro Bruto	479.625	337.383	817.008	446.441	283.811	730.252
Despesas Comerciais	(65.207)	(49.649)	(114.856)	(43.274)	(35.531)	(78.805)
Despesas Administrativas	(90.093)	(68.596)	(158.689)	(80.996)	(61.213)	(142.209)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(601)	(457)	(1.058)	(389)	(294)	(683)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(751)	(751)	-	(445)	(445)
Resultado Financeiro	(26.183)	(29.146)	(55.329)	(24.580)	(30.764)	(55.344)
Programa de Participação nos Resultados	(11.287)	(8.594)	(19.881)	(9.897)	(7.480)	(17.377)
Provisões	(6.393)	(4.872)	(11.265)	(27.143)	(20.511)	(47.654)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(11.451)	(8.718)	(20.169)	(8.382)	(6.335)	(14.717)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	268.410	166.600	435.010	251.780	121.238	373.018
Imposto de Renda e Contribuição Social	(88.275)	(54.791)	(143.066)	(84.751)	(41.777)	(126.528)
Lucro Líquido do Período	180.135	111.809	291.944	167.029	79.461	246.490
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	30,2%	32,2%	30,9%	32,3%	27,2%	30,4%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	20,3%	21,6%	20,8%	21,4%	17,8%	20,1%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	166.799	185.754	352.553	132.231	126.619	258.850
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	2.160.352	2.576.384	4.736.736	1.784.275	2.317.246	4.101.521
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	4.988.161	5.971.585	10.959.746	4.496.114	5.483.582	9.979.696
Depreciações e Amortizações do Período	(55.375)	(50.005)	(105.380)	(48.943)	(45.433)	(94.376)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.032.441	507.863	1.540.304	773.995	410.410	1.184.405
Total do Ativo	7.113.550	8.515.998	15.629.548	6.275.391	7.653.637	13.929.028
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	3.715.536	3.795.726	7.511.262	3.064.828	3.674.547	6.739.375
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.366.868	2.393.917	-	3.293.660	2.327.211	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	136.983	104.299	-	130.391	98.546	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.794.313, com vigência abrangendo o período de 14/03/2022 a 13/03/2023, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	868.576
Máquinas, Equipamentos e Veículos	840.550
Estoque	85.187
Totais	1.794.313

Notas Explicativas

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de março de 2022 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 316 processos judiciais no montante de R\$279.346 com a Pottential Seguradora S/A, com vencimento em 07/06/2022.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2022.

30. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em 29 de março de 2022, a partir de dados da cobertura vacinal contra a Covid-19 e do decréscimo do número de contaminação, internação e óbitos pelo Coronavírus no Paraná, o Governo do Estado publicou o decreto 10.596/2022 que libera a circulação de pessoas sem máscaras em locais internos, mantendo a recomendação do uso em alguns espaços, como transporte público e pontos de atendimento à saúde.

Com a publicação do decreto estadual, a Sanepar estabeleceu novas diretrizes preventivas estabelecidas a seguir:

- O uso de máscaras deixa de ser obrigatório nas dependências da Sanepar, exceto em locais de atendimento médico ocupacional e municípios com medidas mais restritivas;
- Teletrabalho para categorias com aprovação em ACT, conforme termos do Acordo Coletivo e mediante formalização do Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho;
- As empregadas gestantes deverão retornar às atividades presenciais em até 15 dias a partir de 29 de março de 2022, observado o disposto na Lei nº 14.311/2022, salvo casos em que houver a formalização de Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho;
- O atendimento presencial, disponibilizado aos clientes de maneira integral, deve ocorrer conforme horários definidos em normativo interno. Nas localidades em que houver restrições de horários ou capacidade, as Centrais de Relacionamento devem atender ao decreto ou legislação municipal vigente. Devem ser atendidos todos os protocolos de higiene e proteção contidos no Plano de Contingência para o Enfrentamento do Coronavírus.

IMPACTOS - Está em vigor a prorrogação do adiamento da cobrança das contas de água e esgoto, para clientes cadastrados na categoria “Água Solidária”. A medida é válida pelo período de 90 dias, a partir de 15 de março de 2022, e foi publicada em Fato Relevante de 7 de março de 2022, em continuidade às ações implementadas em 2020 e 2021 e seguindo a lei estadual nº 20.187/2020, que permanece em vigor e restringe o corte do fornecimento de serviços, para determinadas categorias de consumidores, durante situações de emergência, como a pandemia da Covid-19.

Notas Explicativas

No 1º trimestre de 2022, o faturamento médio mensal da categoria “Água Solidária” foi de R\$ 5,1 milhões, e foram atendidas em média 227 mil economias de água e 158 mil de esgoto.

Desde o início do período de pandemia, a partir de 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa, constituiu provisão para perdas esperadas de R\$ 22,8 milhões de contas a receber.

31. OPERAÇÕES “ÁGUAS CLARAS” E “DUCTOS” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Operação “Águas Claras”:

A “Operação Águas Claras”, que é desdobramento da “Operação Pecúlio” ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Desde dezembro de 2020, a Comissão Externa de Investigação (“CEI”), bem como o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown e a consultoria Ernst & Young – EY (conjuntamente “Equipe de Investigação”) conduziram uma investigação forense independente para apuração, sob coordenação da CEI, das alegações relacionadas à “Operação Águas Claras”.

Operação “Ductos”:

Em 20 de julho de 2020, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a “Operação Ductos”, relacionada a investigação que apura condutas envolvendo pessoas ligadas à Companhia. As investigações, iniciadas há cerca de dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apuram principalmente fraudes em licitações e o faturamento por serviços não executados integralmente ou por serviços superfaturados, com uso de medições falsas ou não fiscalizadas por empregados da Sanepar. Na mesma data, o Conselho de Administração iniciou as medidas internas para que as alegações da “Operação Ductos” fossem incluídas no escopo da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação. A Administração da Companhia afastou, cautelarmente, todos os empregados envolvidos na referida operação, sendo que na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 24 de setembro de 2020, o Conselho foi informado pela Diretoria Executiva que os empregados afastados retornaram para as funções de origem para as quais haviam prestado concurso público; não existindo, atualmente, por parte de tais empregados qualquer poder de influência ou decisão. Importante afirmar que todos os empregados mencionados na referida “Operação Ductos” responderam ou estão respondendo a processos disciplinares individuais perante o Comitê de Conduta da Sanepar, sendo adotadas as medidas legais cabíveis para cada caso.

Ainda em sua 9ª/2020 Reunião Ordinária referida acima, o Conselho deliberou pela constituição de uma força-tarefa incumbida de conduzir uma apuração preliminar das alegações e acompanhar os desdobramentos da “Operação Ductos” e, em dezembro de 2020, a Equipe de Investigação foi contratada para conduzir a investigação forense independente sobre as alegações relacionadas à “Operação Ductos”, sob coordenação da CEI (a mesma da operação acima). As atividades da força-tarefa e da Equipe de Investigação foram conduzidas de forma paralela, com escopos e prazos distintos, mas com interações entre as duas equipes.

Notas Explicativas

Andamento das Atividades:

Em virtude da consolidação dos achados referentes a investigação da Operação Ductos, a Companhia efetuou os seguintes registros contábeis: (i) no 3º trimestre de 2021, R\$4.168 (R\$3.595 líquido de impostos), a débito no resultado, na rubrica de “Perdas”, em contrapartida na rubrica “Ativo Intangível – Ampliação de Redes de Água e Esgoto” R\$3.102 e, no resultado, na rubrica de “Gastos com Manutenção de Redes” R\$1.066; (ii) no 4º trimestre de 2021, R\$6.518 (R\$5.884 líquido de impostos) a débito no resultado, na rubrica de “Perdas”, em contrapartida na rubrica “Ativo Intangível – Ampliação de Redes de Água e Esgoto” R\$5.279 e, no resultado, na rubrica de “Gastos com Manutenção de Redes” R\$1.239. Adicionalmente registrou R\$2.015 a título de Provisão nas rubricas “Provisão para Contingências – Resultado” e “Provisões – Passivo Não Circulante”.

Em 20 de janeiro de 2022, na 1ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foram apresentados os relatórios finais produzidos pela Comissão Externa de Investigação - CEI e pela Investigação forense independente conduzida pela Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown e a consultoria Ernst & Young – EY, relativos às Operações “Águas Claras” e “Ductos”, tendo o Conselho de Administração deliberado no sentido de receber os relatórios e as recomendações neles contidas. Desta forma, os trabalhos da Equipe de Investigação foram encerrados, conforme Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022.

Ainda, na 1ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, o Conselho de Administração tomou ciência do relatório final da Força Tarefa Operação Ductos Fase II e relatórios das Resoluções nº 718/2021 e 719/2021 e determinou: (i) a instauração da terceira fase da Força Tarefa para finalizar as avaliações decorrente dos valores já provisionados e eventuais responsabilizações, sendo a governança desses trabalhos atribuída à Diretoria Adjunta de Governança Risco e Compliance-DAGRC e Auditoria Interna; (ii) a instauração de Comissão Multidisciplinar Específica que deverá dar continuidade à análise e aprimoramento dos procedimentos de gestão de materiais, sendo os trabalhos reportados pelas seguintes Diretorias: Diretoria Administrativa-DA, Diretoria de Operações-DO, Diretoria de Investimentos-DI e DAGRC; (iii) o encaminhamento, pela Auditoria Interna, das Recomendações da Força Tarefa Fase II, Resoluções 718/2021 e 719/2021 à Diretoria Executiva e Relatórios com a Matriz de Responsabilidade ao Comitê de Conduta para análise e providências; (iv) o encaminhamento externo dos Trabalhos da Força Tarefa – Fase II, que deverá ocorrer após a conclusão do item III e mediante análise jurídica.

A Administração da Companhia instituiu os grupos de trabalho mencionados nos itens “i” e “ii” constantes da 1ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, os quais estão em pleno funcionamento e andamento, cumprindo os cronogramas estabelecidos. Tendo ainda, a Auditoria Interna encaminhado as recomendações conforme o item iii acima. Os trabalhos serão apresentados ao Conselho de Administração em momento oportuno, quando os dados estiverem consolidados.

A Administração da Sanepar está tomando as medidas necessárias perante o Juízo e autoridades locais e seguirá aplicando seus melhores esforços no que diz respeito às operações mencionadas acima, bem como comunicará o mercado sobre quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

Notas Explicativas

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência Reguladora do Paraná (Agepar), homologou em 13 de abril de 2022, através da Reunião Extraordinária nº 013/2022, o Reajuste Tarifário Anual (IRT) sobre a tarifa de equilíbrio preliminar, resultante da 1ª etapa da 2ª Revisão Tarifária Periódica (2ª RTP), mantendo-se constante o valor da parcela B, por meio de índice de Reajuste tarifário fixado em 4,963%, com aplicação da tarifa média de R\$ 5,9488/m³. Em 19 de abril de 2022 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná a Resolução Homologatória 09/2022, definindo o início da nova tarifa para 17/05/2022.

Em 20/04/2022, o Conselho de Administração, na 8ª/2022 Reunião Extraordinária, autorizou a apresentação de proposta de acordo judicial com o Município de Maringá, nos autos do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), o qual teve seu seguimento negado e cuja análise dos Embargos de Declaração está pendente. Esse processo se refere ao contrato de prestação de serviços de água e esgoto. Também nesta data, foi realizada a primeira sessão de conciliação, com apoio do Centro de Mediação e Conciliação do Supremo Tribunal Federal e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, na qual a Companhia apresentou proposta de repasse de R\$ 217 milhões ao Município, por meio de Fundo Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente, no prazo máximo de 24 meses, prevendo, ainda, a manutenção dos serviços de água e esgoto até o ano de 2040, sendo que a Audiência terá continuidade na data de 23 de maio de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigação interna independente (Operações "Águas Claras" e "Ductos")

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às informações contábeis intermediárias, as investigações internas, que estavam sendo acompanhadas pela CEI, foram concluídas. Em relação às operações "Águas Claras" e "Ductos" foram tomadas as devidas providências pelo Conselho de Administração conforme mencionado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 05 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 31 de março de 2022.

Curitiba, 25 de abril de 2022.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 31 de março de 2022.

Curitiba, 05 de maio de 2022.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social